

# A parceria NAE 10 e Projeto Direitos Humanos na Escola

*Equipe Pedagógica do Núcleo de Ação Educativa 10 em 2002*

---

O Núcleo de Ação Educativa 10 (NAE 10) é um órgão intermediário da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, cuja função é, de um lado, garantir a unicidade das políticas públicas em educação no município, e, de outro, responder às demandas locais, tendo em vista a implementação das diretrizes educacionais de democratização da gestão, qualidade social e garantia de acesso e permanência.

O NAE 10 se localiza no extremo leste da cidade de São Paulo, compreendendo os distritos de São Miguel, Itaim Paulista e Ermelino Matarazzo, numa área de aproximadamente 46 km<sup>2</sup>, que corresponde a 3% da área total da cidade, com cerca de 707 mil habitantes. O órgão atende a uma demanda de 107.077 alunos num total de 127 equipamentos, entre CEI, Emei, Emef, Cieja, EMEFM<sup>1</sup>, com um grupo de 6.864 funcionários<sup>2</sup>.

---

1. Temos somente uma unidade em atendimento ao Ensino Médio.

2. Diretores / professor(a) / coordenador pedagógico / vigilante / agente escolar.

Em 2002, conhecemos o Projeto Direitos Humanos na Escola através do material de divulgação do curso e de contatos entre o Coordenador do NAE 10, Marcos Mendonça, e o Prof.-dr. José Sérgio Fonseca de Carvalho, responsável pelo projeto na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Iniciamos, então, um diálogo sobre as possibilidades de adaptação e viabilização do curso na região. Seguiram-se várias conversas e reuniões para acertarmos um formato que contemplasse os objetivos do curso e simultaneamente atendesse às necessidades apontadas pelos educadores da região.

Em 2001, o NAE 10 já iniciara um diálogo junto às escolas no intuito de diagnosticar necessidades e dificuldades enfrentadas pelas unidades. Dentre os principais problemas que, segundo os educadores, interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem, foram destacados os conflitos relacionados a indisciplina, manifestações de violência, inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais, o elevado número de alunos por classe, a avaliação na perspectiva do ensino organizado em ciclos e a alfabetização.

Diante dessa demanda, o NAE 10 passou a organizar um processo de formação permanente dos educadores. Os projetos tinham em vista propiciar aos educadores momentos de reflexão e construção de propostas de atuação. Neste contexto, emergiu uma necessidade primordial na formação dos educadores: a reflexão acerca da educação como direito de todos e o papel da escola pública na sociedade atual. Partimos da convicção de que pensar o projeto político-pedagógico de uma escola que tem por princípio acolher a todos significa entender o seu papel na construção, defesa e promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos va-

lores da democracia. Tal reflexão seria aprofundada pela compreensão do caráter da ação do educador, das possibilidades e limites de sua atuação da instituição escolar.

Em 2002, em continuidade aos processos de formação que vinham sendo desenvolvidos, o curso Educação, Cidadania e Direitos Humanos foi realizado para a equipe do NAE 10 (supervisores e equipe pedagógica) e para diretores de escola. A opção por este público deveu-se à importância do papel e à responsabilidade destes profissionais na articulação de propostas e projetos a serem implementados no interior das unidades escolares.

Os diretores exercem um papel fundamental, no interior da instituição escolar, na clarificação do que pertence ao mundo público, na constituição dos direitos e da participação cidadã para uma vivência democrática. A responsabilidade desses profissionais na gestão de políticas públicas e sua capacidade de influência na sociedade são compartilhadas com os demais educadores e funcionários das unidades escolares. Trata-se, portanto, de parceiros fundamentais a serem sensibilizados para aquela temática e que partilham com a equipe do NAE 10 a tarefa de ampliação das discussões no interior das escolas e com a comunidade.

É inegável que, em um primeiro momento, houve resistências e preconceitos em relação ao tema – manifestações certamente compreensíveis, uma vez que, historicamente, vários fatores contribuíram para a distorção da abordagem dos direitos humanos no país. Em larga medida, essa distorção tem buscado vinculá-los equivocadamente a uma proposta de “proteção a bandidos”, contribuindo, muitas vezes, para um esvaziamento do sentido desses direitos enquanto elementos fundamentais para a construção da cidadania de um povo. A própria resistência demonstrou a necessidade

de investirmos naquele projeto, pois tínhamos como objetivo principal sensibilizar educadores para o debate daquelas questões nos diferentes níveis de atuação.

Problematizar as práticas escolares, as opções e posturas individuais e coletivas no espaço público constituiu o centro das discussões que ocorreram de setembro a novembro de 2002. O trabalho buscou garantir uma dinâmica em que os vários interlocutores pudessem trazer a sua contribuição, ora pelo estudo acadêmico, ora pela vivência em torno das questões apresentadas.

Assim, os trabalhos no curso foram organizados em dois momentos: palestra com professores da USP e discussão de seus conteúdos em pequenos grupos, a fim de que todos pudessem refletir sobre a temática abordada na palestra. Foram horas de muitos debates e embates, nos quais todos tivemos de nos despir de preconceitos. Foi possível aprofundar conceitos por meio de uma dinâmica – essencial ao projeto – de gradual (des/re)construção de conhecimentos, com a qual buscou-se estimular a mudança de posturas, a apropriação de uma nova visão de mundo, das possibilidades e responsabilidades da escola pública na construção da cidadania e na garantia de direitos. Quando falamos “escola”, estamos nos referindo a todos os que nela trabalham ou que nela podem interferir, contribuindo para o processo educativo.

Tendo sempre a perspectiva da garantia dos direitos humanos, reafirmados nos valores da democracia, a proposta de formação de educadores a partir de um tema tão polêmico demandava coragem para expor dificuldades e fragilidades no trato das relações sociais dentro e fora da escola, uma vez que esta, enquanto instituição pública,

não poderia se posicionar como “neutra” diante dos problemas da nossa sociedade.

Porém, ter a coragem de expor as fragilidades traria pouco proveito se não tivéssemos manifestado também a disposição de investir na formação dos educadores, na condição de parceiros nas discussões e na elaboração de propostas de ação. Para tanto, julgou-se necessário propiciar essa formação nos períodos em que os educadores estivessem em suas escolas, e não em horários extraordinários. Dessa forma, pôde-se estimular um certo distanciamento das práticas cotidianas, o qual lhes permitiu olhar para a escola e avaliar como ela tem cumprido seu papel.

É importante destacar a importância da parceria que se estabeleceu entre a escola e a universidade para o desenvolvimento do projeto. Muitas das produções acadêmicas destinadas à escola pública normalmente carecem de saberes significativos acerca dos problemas reais do espaço e do cotidiano daquele universo. Os educadores da rede constantemente reivindicam o acesso a estudos que ofereçam reais subsídios – através de conhecimentos sistematizados – às práticas cotidianas da escola, incrementando o diálogo entre os atores do processo.

Assim, produzir a aproximação entre escola e universidade no processo de formação de educadores foi um dos objetivos daquele projeto, que não se limitou a oferecer contribuições apenas por meio de palestras, mas também propiciou o contato – em subgrupos – dos monitores da universidade com os participantes do curso, tendo em vista o aprofundamento dos conceitos, a superação do senso comum e a elaboração de propostas e alternativas de ação frente à realidade vivida nas unidades escolares. Dessa forma, a relação entre universidade e escola pública se

ampliou em uma nova direção – a última deixando de ser vista, muitas vezes também por seus próprios agentes, apenas como ambiente fornecedor de elementos para a pesquisa acadêmica.

A avaliação dos participantes acerca do curso em 2002 demonstrou que, ao se entender e respeitar a demanda de formação apresentada pelos educadores, tornou-se possível garantir, da parte deles, o retorno esperado e investir na continuidade do projeto. Apresentou-se, então, aos participantes a pré-proposta para o curso em 2003, para que eles pudessem contribuir para a construção de uma nova etapa.

Após a incorporação de muitas de suas sugestões, ampliou-se significativamente a participação dos educadores para um total de 39 escolas e 400 educadores (assistentes de direção, coordenadores pedagógicos e professores) da educação infantil e ensino fundamental, além da equipe técnica pedagógica do NAE, supervisores e monitores da Universidade de São Paulo.

Afirmar que “a escola pode transformar todos os problemas sociais” é tão equivocado quanto supor que “ela não pode fazer nada”. Entre o tudo e o nada há o espaço das possibilidades, dos compromissos que estabelecemos com os valores democráticos, e é exatamente nele que podemos agir. Acreditamos, como Paulo Freire, que é dessa forma que o resgate de sonhos e as ações coletivas recuperam o papel da escola pública.

## Educação, cidadania e direitos humanos



José Sérgio Carvalho (org.)

Petrópolis  
2004